



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006422-66.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Gratificação de Incentivo**
 Requerente: **Selma Pereira da Silva Basile Menezello**
 Requerido: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

SELMA PEREIRA DA SILVA BASILE MENEZELLO ajuizou ação ordinária contra a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO** objetivando a incorporação da verba "prêmio de incentivo à qualidade – PIQ" a sua remuneração mensal.

Alega que pertence aos quadros da Secretaria do Estado de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, tendo sido admitida por concurso público em 02/07/1982, e que no período de 20/04/2004 a 31/08/2015 prestou serviços à Secretaria da Fazenda – Posto Fiscal de São Carlos, período em que recebeu o PIQ. Requer a incorporação do incentivo com fundamento no artigo 133 da Constituição do Estado.

A fls. 50, foi deferida a justiça gratuita.

Citada, a FESP ofertou contestação na qual aduz que a autora não tem direito à incorporação do PIQ, pois o artigo 133 da CE permite apenas a incorporação de décimos por exercício de cargo ou função com remuneração superior à do cargo ou função do titular e não se presta a incorporação de gratificação específica.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Tratando-se de discussão de matéria de direito, cabível o julgamento presente, no estado em que se encontra, nos termos do artigo 355, I, do CPC.

O pedido formulado lastreia-se no disposto no art. 133 da Constituição Estadual, de acordo com o qual “O servidor, com mais de cinco anos de efetivo exercício, que tenha exercido ou venha a exercer, a qualquer título, cargo ou função que lhe proporcione remuneração superior à de cargo de que seja titular, ou função para que for admitido, incorporará um décimo dessa diferença, por ano, até o limite de dez décimos”.

Ocorre, porém, que a designação do servidor para exercer suas funções em outro órgão não caracteriza exercício de cargo ou função distintos com remuneração superior. O cargo e a função permanecem os mesmos, apenas exercidos em outro local de trabalho, o quanto basta para afastar a aplicação do dispositivo aludido da Carta Estadual.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ademais, foi reconhecida pela Suprema Corte no julgamento do RE nº 219.934-2/SP, a inconstitucionalidade da expressão “a qualquer título” no art. 133 em questão, cuja execução aliás foi suspensa pela Resolução nº 51/05 do Senado Federal, de forma que a aplicação da norma ficou restrita tão somente a assegurar ao servidor ocupante de cargo efetivo, que venha a exercer cargo em comissão, para o qual haja retribuição maior, o direito de incorporar, anualmente, um décimo dessa remuneração, com vista a manter a estabilidade financeira, hipótese em que a parte autora não se enquadra.

Nesse sentido, transcreve-se alguns julgados do Egrégio TJSP em casos semelhantes:

SERVIDOR ESTADUAL. Policial militar. Gratificação de representação pela prestação de serviço na Assessoria Policial do Tribunal de Justiça Militar. LE nº 10.261/68, art. 135. LCE nº 813/96. Incorporação. – (...) – 3. Gratificação de representação. Constituição Estadual, art. 133. O art. 133 da Constituição do Estado prevê a incorporação das diferenças recebida pelo exercício de outro cargo ou função, de que resulte remuneração maior. Não é o caso do autor, policial militar que exerce a mesma função, recebendo a mesma remuneração, na assessoria militar do Tribunal de Justiça Militar. A gratificação paga pelo Tribunal Militar é transitória em sua natureza e não se incorpora aos vencimentos. – Improcedência. Recurso do autor desprovido (Relator(a): Torres de Carvalho; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 10ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 21/11/2016; Data de registro: 22/11/2016).

SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – INCORPORAÇÃO DOS DÉCIMOS CONSTITUCIONAIS (Art. 133 da Constituição Estadual) – Pretensão de incorporar diferenças remuneratórias relativas ao salário-base, gratificação parlamentar e gratificação especial de desempenho – Inadmissibilidade – Hipótese em que o autor exerceu cargo em comissão dissociado do cargo de origem, sem vinculação de direção, chefia ou assessoramento com este – Incorporação que eternizaria a remuneração do servidor (atributo essencial do cargo), em dissonância com o artigo 37, inc. V, da Constituição Federal – Inexistência, ademais, de regulamentação legal para a pretendida incorporação – Preliminar acolhida no tocante ao não conhecimento do recurso de apelação da Fazenda do Estado – Arguiu a recorrente matéria estranha àquela decidida nos presentes autos. Apelo da Fazenda não conhecido. Remessa necessária provida (Relator(a): Moacir Peres; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 7ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 01/08/2016; Data de registro: 03/08/2016).

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, com fulcro no artigo 487, I, do CPC.

Condeno a parte autora a pagar custas, despesas e honorários, esses fixados em R\$



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

500,00, na forma do artigo 82, §8º, do CPC, suspensa a exigibilidade na forma do artigo 98, § 3º, do CPC, por ser beneficiária da justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 01 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**